

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.419 - MG (2019/0340051-6)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**RECORRENTE** : HIAGO RODRIGUES DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por HIAGO RODRIGUES DE SOUZA, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que, após prisão em flagrante do ora recorrente, o d. juízo de primeira instância concedeu-lhe a liberdade provisória, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Verificado o descumprimento de medidas cautelares anteriormente impostas, o juízo processante decretou a sua prisão preventiva, pela prática, em tese, do delito de roubo.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava o relaxamento da decisão que decretou a prisão preventiva sob o fundamento de ausência de fundamentação idônea. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão (fls. 133-139) assim ementado:

**"EMENTA: HABEAS CORPUS – ROUBO – DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES ANTERIORMENTE IMPOSTAS – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – DECISÃO FUNDAMENTADA – CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL – DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO – IMPROPRIEDADE DA VIA.**

*1. A Prisão Preventiva, para a conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal, deve ser mantida em razão do descumprimento de Medidas Cautelares anteriormente impostas, da condição de foragido e da notícia de prática posterior de Crimes patrimoniais (art. 282, §4º, do CPP).*

*2. A desproporcionalidade da Prisão Preventiva,*

*pela expectativa de regime menos gravoso em eventual condenação, há que ser afastada, porquanto não há como antever a dosagem sancionatória na via estreita do Habeas Corpus." (fl. 133).*

**Daí o presente recurso ordinário**, no qual alegam sofrer constrangimento ilegal decorrente da ausência de fundamentação idônea da r. decisão que decretou sua segregação cautelar.

Aduz, ainda, que a r. decisão não apresentou fundamentação concreta, e que o fato de não ter sido encontrado para ser citado não é motivo suficiente para a decretação de sua prisão. Alega que é morador de rua, razão pela qual não pode ser surpreendido pela prisão.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva com aplicação de medida cautelar diversa.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 163-166.

Informações prestadas às fls. 170-209;

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 211-217, pelo **desprovimento do recurso**, em parecer com a seguinte ementa:

**“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. RESGUARDO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. POSSIBILIDADE. REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONSTRIÇÃO CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.**

*- A prisão preventiva é medida cautelar de constrição da liberdade do indivíduo por razões de necessidade e adequação, com esteio na existência do fumus comissi delicti e do periculum libertatis, respeitados os requisitos e os pressupostos estabelecidos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal.*

*- Nos termos do parágrafo único do art. 312 c/c o art. 282, §4º, ambos do CPP, a prisão preventiva poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares, caso não seja cabível outra medida cautelar prevista no art. 319 do*

*CPP. No caso, restou demonstrado que o recorrente deixou de cumprir as medidas cautelares que foram impostas em substituição à prisão preventiva, sendo, pois, imprescindível e adequada a imposição da medida mais extrema para o resguardo da instrução processual e a garantia da aplicação da lei penal.*

*- Ademais, durante a liberdade provisória, o recorrente praticou diversos outros crimes contra o patrimônio. Assim, constitui fundamentação idônea para o resguardo da ordem pública a prisão preventiva quando o histórico delitivo do paciente revela fundado receio de reiteração na prática criminosa.*

*- Parecer pelo não provimento do recurso ordinário.”*

É o relatório.

**Decido.**

Pretende o recorrente, **em síntese**, por meio do presente recurso ordinário, o reconhecimento da ausência de fundamentação da r. decisão de primeira instância que decretou sua segregação cautelar.

**Inicialmente**, deve-se consignar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores.

**Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta Corte Superior: AgRg no RHC n. 47.220/MG, Quinta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Regina Helena Costa, DJe de 29/8/2014; RHC n. 36.642/RJ, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 29/8/2014; HC n. 296.276/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 27/8/2014; RHC n. 48.014/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe de 26/8/2014.**

Tal advertência, contudo, não se aplica ao caso em exame.

Transcrevo, para delimitar **a quaestio**, o seguinte excerto da r. decisão que decretou a prisão cautelar, **in verbis**:

*"Observo nos autos em apenso que o Juízo da Central de Flagrantes concedeu ao acusado liberdade provisória, mediante o cumprimento da medida cautelar de comparecimento quinzenal perante a equipe multidisciplinar, compromisso de comparecimento a todos os atos do processo e recolhimento no albergue em período noturno (Os. 19/20).*

*A equipe multidisciplinar noticiou o descumprimento da medida imposta (fl.42).*

*Não cumpriu a medida de recolhimento noturno em albergue, pois conforme certificado f. 62V. não há registros de pernoite do acusado no local.*

*A prisão preventiva, como consectário do descumprimento de medidas cautelares. é possível quando estritamente necessária, observado o disposto no art. 282, § 4º, do CPP. "No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva. "*

*No caso, o acusado demonstrou que não possui o mínimo de senso de responsabilidade para responder ao processo em liberdade, porquanto deixou de cumprir as medidas que lhe foram impostas.*

*E não é só.*

*Após, os fatos, o acusado voltou a delinquir. tendo sido autuado em flagrante nos dias 24/03/2018, 17/06/2018, 17/08/2018, 29/08/2018 e 24/08/2018 pela prática de furtos, demonstrando que o mesmo elegeu como meio de vida a prática de crimes contra o patrimônio.*

*Ademais, todas as diligências para citação foram infrutíferas, sinalizando, ainda mais, a sua intenção em comprometer a instrução criminal e frustrar a aplicação da lei penal.*

*Acrescento que não é possível aplicar uma medida cautelar mais gravosa, haja vista a sua não localização.*

*Desta forma, diante da prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, conforme APFD (fls. 02/05), B.O. (fls.08/09). auto de apreensão (íl. 16) e restituição (fl.17) bem como pelas declarações prestadas pelas testemunhas na fase policial, e presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva, eventuais virtudes do acusado se sucumbem ao interesse público em mantê-la afastada do meio comunitário, porquanto imprescindível um mínimo de paz social.*

*Pelo exposto. DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE HIAGO RODRIGUES DE SOUZA, qualificado nos autos, nos termos do nos termos do art. 312, parágrafo único, e art. 282, §4º. ambos do CPP." (fls. 117-118, grifei).*

Cumpre asseverar ainda, oportunamente, o seguinte excerto do v. acórdão recorrido, **in verbis**:

*"No dia 08/08/2019, a autoridade indigitada coatora, ao decretar a Prisão Preventiva (doc. 02), asseverou a necessidade da Segregação Cautelar considerando o descumprimento das Medidas Cautelares Diversas da Prisão, bem como para a aplicação da lei penal e para a conveniência da instrução criminal, com fundamento no art. 282, §4º, e no art. 312, ambos do CPP. Confira-se:*

*[...]*

*Pontue-se que, até a data do préstimo das informações pela autoridade apontada como coatora, em 03/10/2019 (doc. 11), o Mandado de Prisão não havia sido cumprido.*

*Pontue-se que, ao contrário do que sustentou a Impetrante, inexistia qualquer violação ao Princípio do Contraditório ou ilegalidade da Prisão Preventiva decretada de ofício, pela Autoridade Judicial, no curso da Ação Penal, pois expressamente autorizada pelo art. 311 do CPP.*

*Ademais, verifica-se autoridade apontada como coatora analisou os requisitos autorizadores da Segregação Cautelar (arts. 312 e 313 do CPP), fundamentando-se nas circunstâncias fáticas e nas condições pessoais do Paciente, em conformidade com o Princípio da Motivação, previsto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal." (fls. 136-137, grifei).*

Da leitura dos excertos acima transcritos, não se pode concluir pela existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pelo provimento do presente recurso. **In casu**, concedida ao recorrente medida cautelar diversa da prisão, foi a medida descumprida, o que ensejou a decretação da prisão, consoante o disposto no art. 282, § 4º, do Código de Processo Penal, o qual dispõe que *"No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva (art. 312, parágrafo único)".*

Denota-se, ademais, que após a concessão do benefício da liberdade provisória e fixação de medidas cautelares diversas da prisão, o recorrente voltou a praticar novos delitos, *"tendo sido autuado em flagrante nos dias 24/03/2018, 17/06/2018, 17/08/2018, 29/08/2018 e 24/08/2018 pela prática de furtos"*,

razão pela foi decretada sua prisão.

Sem olvidar que o paciente não foi encontrado para ser citado, só vindo a sê-lo em decorrência do cumprimento do mandado de prisão (fls. 170)

Do exame da **quaestio**, portanto, tem-se que a conduta do recorrente revela a necessidade de imposição de sua segregação cautelar, a fim de garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, já que a medida cautelar diversa da prisão, **inequivocamente**, mostrou-se insuficiente.

Sobre o tema, colaciono os seguintes julgados dessa eg. Corte:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DECRETO PREVENTIVO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.*

*1. Apresentada fundamentação concreta, evidenciada no descumprimento das medidas cautelares impostas para a concessão de liberdade provisória, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.*

*2. Recurso ordinário improvido" (RHC n. 51.899/GO, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 30/10/2014, grifei).*

*"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelo acusado, demonstrando a necessidade da prisão para garantia da ordem pública.*

*2. In casu, o recorrente, mesmo ciente das medidas cautelares impostas a ele, as teria descumprido, deixando de comparecer a audiência designada pelo Juízo a quo, mesmo estando devidamente intimado, sem justificar os motivos de sua ausência.*

*3. Recurso a que se nega provimento" (RHC n. 49.126/MG, Sexta Turma, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 26/9/2014, grifei).*

*"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO AO SISTEMA RECURSAL PREVISTO NA CARTA MAGNA. NÃO CONHECIMENTO.*

*[...]*

*FURTO SIMPLES. PRISÃO EM FLAGRANTE. DEFERIMENTO DE LIBERDADE PROVISÓRIA MEDIANTE CONDIÇÕES. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS. PREVENTIVA. MODALIDADE DE CONSTRIÇÃO ANTECIPADA QUE NÃO ESTARIA SUBMETIDA ÀS EXIGÊNCIAS DO ART. 313 DO CPP. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E GARANTIR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ENVOLVIMENTO EM CRIME ANTERIOR. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO EFETIVO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ALEGADA DESPROPORCIONALIDADE DA CONSTRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. MEDIDAS ALTERNATIVAS. SUPRESSÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.*

*1. A prisão preventiva decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta ao paciente não está submetida às circunstâncias e hipóteses previstas no art. 313 do CPP, de acordo com a sistemática das novas cautelares pessoais.*

*2. Ausente coação ilegal quando a constrição está devidamente justificada na garantia de aplicação da lei penal, uma vez que, beneficiado com a liberdade provisória, o paciente furtou-se de cumprir o compromisso firmado, deixando de informar a mudança de endereço e de comparecer em Juízo quando intimado, inviabilizando a regularidade da relação processual.*

*3. Nos termos dos arts. 282, § 4º, e 312, parágrafo único, ambos do CPP, o descumprimento das medidas cautelares impostas quando da liberdade provisória constitui motivação idônea para a preventiva.*

*Precedentes.*

*[...]*

*7. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 281.472/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 18/6/2014, grifei).*

Deve-se ressaltar, ainda, que, **in casu**, não há hipótese de aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, §

# *Superior Tribunal de Justiça*

6º, do Código de Processo Penal.

Não se vislumbra, pois, qualquer ilegalidade flagrante no presente caso, apta a ensejar a concessão da ordem, ainda que de ofício.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário em **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo  
(Desembargador Convocado do TJ/PE)  
Relator